



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 17/11/2008, às 11h  
/ estagiário

MPV - 446

00133

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/11/2008	proposição Medida Provisória nº 446 de 2008			
autor Senador Flávio Arns / PT-PR		nº do prontuário		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 23	Parágrafo	Inciso	alínea

### TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 23 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

*"Art. 23. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º deverá requerer a certificação e sua renovação perante a autoridade responsável pela área de atuação preponderante da entidade, sendo esta estendida a todas as áreas de atuação da entidade.*

*Parágrafo único. Considera-se área de atuação preponderante aquela em que a entidade aplique a maior parte de sua receita operacional."*

### JUSTIFICAÇÃO

A expressão "e cuja receita anual seja de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)" deve ser retirada pelo fato da impossibilidade de obrigar as entidades a constituir uma pessoa jurídica para cada área de atuação (saúde, educação e assistência social), conforme previsão do artigo 24 da Medida Provisória.

A obrigatoriedade de cisão fere diretamente a Constituição Federal que afirma em seu artigo 5º:  
"Art. 5º.

...  
XVII. é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;  
XVIII. a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento."

Da leitura do texto constitucional, depreende-se que a associação poderá ser criada para mais de uma finalidade (fins lícitos), sendo que a obrigatoriedade de separação de pessoas jurídicas de acordo com suas finalidade faz com que haja uma violação ao referido inciso XVII acima disposto.

Ao mesmo tempo a obrigatoriedade sob análise constitui interferência direta e inquestionável no funcionamento da entidade, que, caso atue nas áreas da saúde, educação e assistência social, além de ter que criar outras duas pessoas jurídicas, terá que, como exemplo, acompanhar três estatutos, alterar as contas das outras entidades (ou seja, três vezes em comparação com a situação atual), alterar cargos administrativos, entre tantas outras situações.

Ao mesmo tempo, em se tratando de Fundações, a questão se torna inviável, não apenas sob o ponto de vista jurídico (legal), mas também legítimo e administrativo. A Fundação, diferentemente da Associação, é constituída por meio da destinação de patrimônio por um instituidor, que, a partir da sua constituição, por disposição legal, se desvincula do referido patrimônio.

CONFERE COM O ORIGINAL

Claudia Lyne Nascimento  
Secretária-Geral



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador **FLÁVIO ARNS**

Ao haver esta desvinculação, a entidade perde o elemento "volitivo" e por isso é não só fiscalizada, mas velada pelo Ministério Público dos Estados. A Fundação, por desdobramento deste aspecto e também pela disposição clara no Código Civil é impedida de alterar suas finalidades. Também tem como característica a restrição de sua extinção às situações previstas no Código Civil.

No artigo sob análise, em seu parágrafo, deverá ser qualificada a receita como operacional com o objetivo de estabelecer um critério mais objetivo, sem que haja questionamentos como a destinação de doações recebidas para uma área ou outra.

PARLAMENTAR

*M. U. U.*

Como era

CONFERE COM O ORIGINAL

*Claudia Lyra Nascimento*  
Secretaria-Geral da Mesa

